

## DEPEN - DIRETORIA EXECUTIVA

**Estudo Técnico Preliminar 37/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 08016.028719/2025-12

**2. Descrição da necessidade**

2.1. A presente contratação decorre da necessidade institucional de estabelecer padrão técnico, seguro e nacionalmente reconhecido para o documento de identidade funcional dos servidores da Polícia Penal Federal, vinculados à Secretaria Nacional de Políticas Penais – SENAPPEN, conforme tratativas e instrução processual constante do Processo SEI nº 08016.025436/2024-20. A padronização do documento constitui medida essencial para assegurar a identificação oficial dos agentes públicos no exercício de suas atribuições institucionais, garantindo autenticidade, confiabilidade e integridade das credenciais funcionais utilizadas no desempenho das atividades típicas de segurança pública.

2.2. Nos termos do art. 43 da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que instituiu o Sistema Único de Segurança Pública – SUSP, os integrantes dos órgãos que compõem o sistema devem dispor de instrumentos que assegurem a adequada identificação funcional, de modo a permitir o reconhecimento institucional, a interoperabilidade entre os órgãos e a atuação coordenada no âmbito das políticas públicas de segurança. Nesse contexto, a identidade funcional constitui instrumento oficial de identificação que materializa a condição funcional do servidor, possibilitando a comprovação imediata de sua vinculação institucional perante autoridades públicas e privadas.

2.3. A inexistência de um modelo padronizado, dotado de requisitos técnicos robustos de segurança física e lógica, pode comprometer a confiabilidade do documento, dificultar processos de verificação de autenticidade e aumentar a exposição a tentativas de falsificação ou uso indevido. Dessa forma, a contratação de empresa especializada para a confecção e personalização das identidades funcionais da Polícia Penal Federal busca assegurar que o documento seja produzido com tecnologia adequada, utilizando substrato de policarbonato de alta durabilidade, gravação a laser e múltiplos elementos de segurança gráfica, compatíveis com os padrões utilizados em documentos oficiais de identificação de elevada criticidade.

2.4. Adicionalmente, a padronização do documento de identidade funcional contribui para o fortalecimento institucional da Polícia Penal Federal, ao consolidar uma identidade visual uniforme e tecnicamente estruturada, compatível com a relevância das atribuições desempenhadas pelos policiais penais federais no âmbito da segurança pública nacional. A credencial funcional, nesse contexto, não se limita a um instrumento de identificação administrativa, mas representa também elemento de legitimidade institucional e de reconhecimento da autoridade pública exercida pelos servidores no desempenho de suas funções.

2.5. Sob a perspectiva operacional, a identidade funcional constitui ferramenta indispensável para o exercício das atividades institucionais, especialmente em situações que exigem pronta identificação do agente público, tais como operações conjuntas, atividades de fiscalização, ações de escolta, transporte de custodiados, inspeções e demais ações inerentes à execução penal federal. A confiabilidade do documento impacta diretamente a eficiência dessas atividades, uma vez que possibilita a verificação imediata da legitimidade da atuação do servidor.

2.6. A implementação de um modelo padronizado também contribui para ampliar a transparência administrativa e o controle institucional, uma vez que a adoção de elementos tecnológicos de verificação, como códigos bidimensionais (QR Code) e integração com bases de dados institucionais, permitirá a validação eletrônica da autenticidade do documento. Essa funcionalidade fortalece os mecanismos de fiscalização por parte das autoridades competentes e reduz significativamente os riscos associados ao uso indevido ou à falsificação de credenciais funcionais.

2.7. Outro aspecto relevante consiste na necessidade de integração tecnológica do documento com os sistemas estruturantes do Ministério da Justiça e Segurança Pública, especialmente com as bases de identificação e verificação utilizadas no âmbito do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública. A adoção de padrões técnicos compatíveis com essas infraestruturas permitirá a interoperabilidade entre sistemas, facilitando o reconhecimento institucional dos servidores e ampliando a capacidade de cooperação entre os órgãos que integram o Sistema Único de Segurança Pública.

2.8. Diante desse cenário, evidencia-se que a contratação de empresa especializada para a confecção, personalização e gestão do processo de emissão das identidades funcionais da Polícia Penal Federal constitui medida necessária e estratégica para a SENAPPEN, tanto sob a perspectiva da segurança institucional quanto da modernização administrativa. A iniciativa permitirá a implementação de documento de identificação funcional dotado de elevado padrão de segurança, durabilidade e confiabilidade, alinhado às melhores práticas adotadas pela Administração Pública para credenciais oficiais de agentes de segurança pública.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria Executiva	Luis Otávio Gouveia
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas	Rafael de Souza Pereira
Coordenação de Administração de Pessoas	Alysson Soares de Menezes

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

#### 4.1. Requisitos da contratação

##### 4.1.1. Escopo do serviço

4.1.1.1. A contratação tem por objeto a prestação de serviços especializados destinados à implantação, operacionalização e execução do processo de emissão da identidade funcional dos servidores integrantes da Polícia Penal Federal e da Secretaria Nacional de Políticas Penais – SENAPPEN.

4.1.1.2. O escopo da contratação compreende a implementação de solução integrada e completa para produção e personalização das identidades funcionais institucionais, incluindo a coleta biométrica dos servidores, o tratamento, validação e processamento dos dados coletados, a confecção do documento de identificação funcional em substrato de policarbonato ou outro material de padrão tecnológico equivalente ou superior, que assegure durabilidade, resistência física e adequados níveis de segurança documental, a personalização gráfica e eletrônica dos cartões, bem como a integração tecnológica com sistemas institucionais utilizados pela Administração.

4.1.1.3. A solução deverá contemplar, ainda, mecanismos que assegurem a rastreabilidade de todas as etapas do processo de emissão, incluindo registros eletrônicos auditáveis relativos à coleta biométrica, processamento dos dados, produção dos documentos e entrega das identidades funcionais.

4.1.1.4. A contratação compreenderá a produção e impressão das identidades funcionais por meio de contratação por demanda, com quantitativo estimado mínimo de 1.200 (mil e duzentas) e máximo de 4.000 (quatro mil) unidades, a serem solicitadas de forma parcelada durante a vigência do instrumento contratual, de acordo com as necessidades administrativas.

4.1.1.5. Em razão da contratação por demanda, não haverá garantia de consumo mínimo além do quantitativo efetivamente solicitado pela Administração durante a vigência do instrumento contratual, conforme as necessidades administrativas.

4.1.1.6. Os serviços contratados deverão abranger todas as etapas necessárias à emissão das identidades funcionais, incluindo, no mínimo:

- a) coleta biométrica dos servidores em postos de atendimento definidos pela Administração;
- b) processamento, validação e tratamento das informações coletadas;
- c) personalização gráfica e eletrônica dos documentos;
- d) produção física das identidades funcionais em material de alta durabilidade e segurança;
- e) controle de qualidade dos documentos produzidos;
- f) registro e rastreabilidade das etapas do processo de emissão; e
- g) entrega dos lotes produzidos.

4.1.1.7. Estão incluídos no escopo da contratação todos os serviços acessórios, operacionais ou tecnológicos necessários à plena execução do objeto, ainda que não expressamente mencionados, desde que indispensáveis à correta emissão das identidades funcionais.

4.1.1.8. A empresa contratada deverá possuir credenciamento ou habilitação para atuação como gráfica especializada na produção de documentos de segurança, devendo comprovar capacidade técnica e operacional compatível com a produção de documentos oficiais que exijam padrões elevados de segurança gráfica, controle de produção e rastreabilidade.

4.1.1.9. As identidades funcionais produzidas deverão ser entregues em lotes à sede da Secretaria Nacional de Políticas Penais – SENAPPEN, localizada no Setor Comercial Norte – SCN, Quadra 4, Bloco B, Edifício Multibrasil Corporate, Brasília/DF.

4.1.1.10. Em caso de eventual alteração do endereço da sede institucional durante a vigência contratual, a Administração poderá indicar novo local de entrega no âmbito do Distrito Federal ou em unidades administrativas vinculadas, mediante comunicação formal à contratada, sem que disso decorra ônus adicional ou prejuízo à execução contratual.

#### 4.2. Características técnicas da identidade funcional

#### **4.2.1. Material e padrão dimensional**

4.2.1.1. A identidade funcional deverá ser confeccionada em substrato de policarbonato de segurança ou material tecnologicamente equivalente ou superior, apropriado para a produção de documentos oficiais de identificação de alta segurança e que permita a gravação permanente a laser dos dados variáveis.

4.2.1.2. A adoção do policarbonato justifica-se por se tratar de polímero de engenharia amplamente utilizado na fabricação de documentos de identidade de alta segurança em âmbito internacional, apresentando elevada resistência mecânica, durabilidade prolongada e maior proteção contra tentativas de falsificação, raspagem, delaminação ou substituição de informações.

4.2.1.3. O documento deverá observar o padrão dimensional estabelecido pela norma internacional ISO/IEC 7810, formato ID-1, com dimensões aproximadas de 85,60 mm x 53,98 mm, padrão amplamente utilizado em documentos oficiais de identificação.

4.2.1.4. O cartão deverá permitir impressão gráfica completa em ambas as faces, bem como a incorporação de múltiplos elementos de segurança gráfica e física destinados à prevenção de falsificação, adulteração ou reprodução indevida.

4.2.1.5. O material utilizado deverá apresentar elevada resistência à abrasão, umidade, calor, radiação ultravioleta, exposição à luz, manipulação constante e contato com agentes químicos, garantindo estabilidade dimensional e durabilidade ao longo do tempo.

4.2.1.6. O substrato deverá ser plenamente compatível com processos de personalização por gravação permanente a laser, assegurando que os dados personalizados permaneçam indissociáveis da estrutura física do documento.

#### **4.2.2. Estrutura física do cartão**

4.2.2.1. A identidade funcional deverá possuir estrutura multicamadas composta por núcleo central (core) e camadas externas de proteção, laminadas por processo térmico de alta pressão, formando bloco monolítico único e indevassável.

4.2.2.2. A estrutura do cartão deverá ser composta por, no mínimo, três camadas estruturais, sendo uma camada central (core) constituída por polímero microporoso de segurança e duas camadas externas de proteção em poliéster (PET) amorfo ou material tecnicamente equivalente de desempenho igual ou superior.

4.2.2.3. A camada central deverá ser composta por material polimérico de segurança compatível com processos de gravação permanente a laser e personalização definitiva dos dados variáveis.

4.2.2.4. As camadas externas deverão ser constituídas por polímero transparente de engenharia ou material equivalente de desempenho igual ou superior, garantindo transparência, resistência mecânica e estabilidade estrutural.

4.2.2.5. A fusão das camadas estruturais deverá ocorrer por processo de laminação a quente, mediante aplicação de temperatura e pressão controladas, de modo a assegurar a integração permanente das camadas e a formação de bloco único indevassável.

4.2.2.6. O processo de laminação deverá assegurar a fusão permanente das camadas estruturais do cartão, impedindo a separação de camadas, raspagem superficial, substituição de informações personalizadas ou qualquer tentativa de violação física do documento.

4.2.2.7. A estrutura física do cartão deverá assegurar elevada durabilidade do documento, mesmo sob condições intensivas de uso, manipulação frequente e exposição a ambientes adversos.

#### **4.3. Layout gráfico e dados constantes do documento**

##### **4.3.1. Elementos do anverso**

4.3.1.1. O anverso da identidade funcional deverá conter cabeçalho institucional com as seguintes inscrições:

- a) “REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL”;
- b) “MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA”;
- c) “POLÍCIA PENAL FEDERAL”;
- d) “IDENTIDADE FUNCIONAL”.

4.3.1.2. As inscrições constantes do cabeçalho institucional deverão utilizar a fonte Arial Black, com tamanhos variando aproximadamente entre 7,71 pt e 11,34 pt, de acordo com a hierarquia gráfica definida no layout oficial do documento.

4.3.1.3. Deverá constar o Brasão das Armas da República em suas cores oficiais.

4.3.1.4. Deverá constar o emblema institucional da Polícia Penal Federal.

4.3.1.5. Deverá constar logotipo institucional “PPF” com aplicação de holografia dourada metalizada ou tecnologia equivalente de segurança.

4.3.1.6. O anverso deverá possuir fundo gráfico numismático institucional composto por padrões geométricos complexos de segurança e microelementos gráficos de difícil reprodução.

4.3.1.7. Deverá constar, em posição de destaque, a inscrição “VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL”.

4.3.1.8. A inscrição “VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL” deverá ser apresentada na fonte Arial Black, com tamanho aproximado de 5,37 pt, posicionada na porção inferior do anverso do documento.

#### **4.3.2. Dados variáveis do anverso**

4.3.2.1. O documento deverá conter fotografia colorida do titular incorporada permanentemente ao substrato por processo de gravação a laser.

4.3.2.2. Deverá constar o nome completo do servidor em caixa alta.

4.3.2.3. O nome do servidor deverá ser apresentado na fonte Crystal Bold, com tamanho aproximado de 8 pt.

4.3.2.4. Nos casos de utilização de nome social, este deverá substituir o nome civil, nos termos do Decreto nº 8.727/2016.

4.3.2.5. Deverá constar o cargo efetivo do servidor em destaque.

4.3.2.6. O cargo efetivo deverá ser apresentado obrigatoriamente em destaque gráfico, na cor vermelha, em negrito e em caixa alta, utilizando a fonte Crystal Bold, com tamanho aproximado de 9 pt.

4.3.2.7. Deverá constar campo destinado à indicação da situação funcional do servidor.

4.3.2.8. Deverá constar o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF.

4.3.2.9. Deverá constar a assinatura digitalizada do titular do documento.

#### **4.4. Elementos do reverso**

##### **4.4.1. Elementos gráficos institucionais**

4.4.1.1. O reverso do documento deverá conter fundo gráfico institucional contendo o emblema da Polícia Penal Federal.

4.4.1.2. Deverá existir área reservada para inserção de código bidimensional no padrão QR Code destinado à validação eletrônica do documento.

4.4.1.3. O QR Code deverá possuir dimensão aproximada de 25 mm x 25 mm e estar integrado à plataforma do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública – SINESP.

4.4.1.4. O documento deverá conter imagem latente ou elemento gráfico oculto contendo a sigla institucional “PPF”.

4.4.1.5. Deverá existir elemento gráfico impresso em tinta opticamente variável (OVI) ou tecnologia equivalente de segurança.

##### **4.4.2. Dados variáveis do reverso**

4.4.2.1. Deverá constar texto institucional referente às prerrogativas funcionais do servidor, incluindo referência ao porte de arma de fogo nos termos da legislação vigente. O texto deverá seguir a redação exata da Minuta: "O TITULAR POSSUI LIVRE PORTE DE ARMAS DE FOGO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL, NA FORMA DA LEI E SEUS REGULAMENTOS, E FRANCO ACESSO AOS LOCAIS SUJEITOS À FISCALIZAÇÃO DA POLÍCIA", apresentado em cor vermelha, fonte Crystal Bold, tamanho aproximado de 6 pt.

4.4.2.2. Deverá constar o campo de filiação.

4.4.2.3. Deverá constar o número da identidade funcional gerado pelo sistema institucional de gestão de identidades.

4.4.2.4. Deverá constar o tipo sanguíneo e fator Rh.

4.4.2.5. Deverá constar a data de nascimento do titular.

4.4.2.6. Deverá constar a nacionalidade.

4.4.2.7. Deverá constar a naturalidade com indicação da unidade da federação.

4.4.2.8. Deverá constar a data de expedição do documento.

4.4.2.9. A validade da identidade funcional deverá constar com a expressão “INDETERMINADO”.

4.4.2.10. Deverá constar fotografia secundária do titular (imagem fantasma) incorporada ao documento.

4.4.2.11. Deverá constar a assinatura digitalizada da autoridade expedidora.

4.4.2.12. Deverá constar o nome e o cargo da autoridade responsável pela expedição do documento.

4.4.2.13. O QR Code deverá manter dimensão aproximada de 25 mm x 25 mm e estar obrigatoriamente integrado à plataforma do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública – SINESP, garantindo validação eletrônica do documento.

#### **4.5. Elementos de segurança documental**

4.5.1. A identidade funcional deverá incorporar múltiplos elementos de segurança gráfica e física destinados à prevenção de falsificação, adulteração, reprodução indevida ou tentativa de fraude documental.

4.5.2. O documento deverá conter fundo geométrico numismático de segurança.

4.5.3. Deverão ser incorporadas microletras positivas e negativas com falha técnica.

4.5.4. O documento deverá conter rosáceas de segurança e padrões geométricos complexos de difícil reprodução.

4.5.5. Deverá existir imagem latente ou elemento gráfico oculto visível mediante instrumento apropriado, contendo as siglas “BR” e “PPF”.

4.5.6. O documento deverá conter tinta iridescente (transparente para dourado) com fluorescência verde sob radiação ultravioleta (UV).

4.5.7. O documento deverá conter tinta opticamente variável (OVI) com mudança de cor sob diferentes ângulos de observação.

4.5.8. O documento deverá possuir elementos gráficos reagentes à radiação ultravioleta.

4.5.9. Todos os dados variáveis e imagens deverão ser incorporados permanentemente ao documento por meio de tecnologia de gravação a laser, garantindo que não haja possibilidade de delaminação ou substituição de informações.

4.5.10. O documento deverá conter código bidimensional QR Code destinado à validação eletrônica e verificação de autenticidade.

#### **4.6. Coleta biométrica e captura de dados**

4.6.1. A solução contratada deverá contemplar coleta biométrica dos servidores, incluindo fotografia digital, impressões digitais e assinatura digitalizada.

4.6.2. A contratada deverá fornecer, instalar, configurar e manter estações completas de coleta biométrica nas seguintes localidades:

- I – Brasília/DF;
- II – Cascavel/PR;
- III – Mossoró/RN;
- IV – Campo Grande/MS;
- V – Porto Velho/RO.

4.6.3. As estações de coleta deverão incluir todos os equipamentos, softwares, licenças, periféricos e insumos necessários à execução dos serviços.

4.6.4. Os equipamentos utilizados para captura biométrica deverão possuir qualidade técnica compatível com os padrões adotados em sistemas de identificação civil e criminal.

4.6.5. A solução deverá permitir a digitalização de documentos apresentados pelos servidores no momento da coleta biométrica, quando necessário.

4.6.6. As fotografias capturadas deverão ter resolução mínima de 640 x 480 pixels e 300 DPI. As impressões digitais deverão ser coletadas segundo o padrão ANSI/NIST IITL-1-2011, com resolução de 500 DPI e qualidade NFIQ 1, 2 ou 3.

4.6.7. A contratada deverá realizar treinamento presencial em Brasília/DF para servidores designados pela SENAPPEN, abrangendo a operação dos equipamentos, utilização do sistema de coleta, procedimentos de validação dos dados e transmissão segura das informações.

4.6.8. O tratamento de dados biométricos e pessoais deverá observar integralmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

4.6.9. A contratada deverá adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais e biométricos tratados, assegurando confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações.

4.6.10. O acesso aos dados coletados deverá ser restrito exclusivamente a profissionais devidamente autorizados.

#### **4.7. Integração tecnológica e segurança da informação**

4.7.1. A contratada deverá disponibilizar solução tecnológica capaz de integrar-se aos sistemas institucionais da Secretaria Nacional de Políticas Penais – SENAPPEN e do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP, garantindo interoperabilidade, segurança e confiabilidade na troca de informações.

4.7.2. A integração deverá ocorrer por meio de serviços de interoperabilidade baseados em WebService, Application Programming Interface – API ou tecnologia equivalente, preferencialmente no padrão REST, utilizando protocolos seguros de comunicação.

4.7.3. A solução deverá possibilitar a comunicação automatizada entre os sistemas de captura biométrica, gestão de dados, personalização dos documentos e sistemas institucionais da Administração.

4.7.4. O sistema deverá permitir a validação eletrônica da autenticidade da identidade funcional por meio de código bidimensional no padrão QR Code ou tecnologia equivalente, permitindo consulta segura às informações essenciais do documento.

4.7.5. O QR Code deverá possibilitar a verificação da autenticidade do documento por meio de integração com plataforma institucional ou sistema indicado pela Administração, podendo incluir integração com a base do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública – SINESP.

4.7.6. A solução deverá permitir rastreabilidade integral de todas as etapas do processo de emissão da identidade funcional, incluindo solicitação, coleta biométrica, validação de dados, produção do documento, emissão, reemissão, cancelamento e eventual revogação.

4.7.7. O sistema deverá registrar histórico completo das operações realizadas, possibilitando auditoria administrativa e controle institucional.

4.7.8. A solução deverá possibilitar o acompanhamento, em tempo real, do status das identidades funcionais em todas as etapas do processo de emissão e produção.

4.7.9. O sistema deverá permitir a gestão de perfis de usuários, com definição de níveis diferenciados de acesso, de acordo com as atribuições e responsabilidades dos servidores autorizados.

4.7.10. O acesso ao sistema deverá ser protegido por mecanismos de autenticação segura, podendo incluir autenticação multifator, certificados digitais ou outros mecanismos equivalentes de segurança.

4.7.11. A solução deverá adotar mecanismos de controle de acesso baseados em perfis e privilégios, assegurando que apenas usuários devidamente autorizados possam visualizar, alterar ou validar informações.

4.7.12. Todas as comunicações entre os sistemas deverão ocorrer por meio de protocolos seguros, utilizando mecanismos de criptografia adequados para proteção dos dados transmitidos.

4.7.13. Os dados pessoais e biométricos coletados deverão ser armazenados e processados de forma segura, observando princípios de confidencialidade, integridade, disponibilidade e rastreabilidade das informações.

4.7.14. O sistema deverá manter registro de logs de acesso e de eventos de segurança, permitindo auditoria das operações realizadas pelos usuários.

4.7.15. Os registros de auditoria deverão conter, no mínimo, identificação do usuário, data e hora da operação, tipo de ação realizada e identificação do registro afetado.

4.7.16. A solução deverá observar boas práticas de segurança da informação reconhecidas internacionalmente, incluindo mecanismos de autenticação, controle de acesso, criptografia, registro de eventos de segurança e proteção contra acessos não autorizados.

4.7.17. Sempre que aplicável, deverão ser observados padrões reconhecidos de gestão de segurança da informação, incluindo as diretrizes da norma ISO /IEC 27001 ou equivalente.

4.7.18. O tratamento de dados pessoais e biométricos deverá observar integralmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), garantindo a adoção de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados contra acessos não autorizados, vazamentos, perda ou destruição indevida.

#### **4.8. Treinamento e suporte técnico**

4.8.1. A contratada deverá realizar treinamento presencial para servidores indicados pela Secretaria Nacional de Políticas Penais – SENAPPEN, a ser realizado na cidade de Brasília/DF.

4.8.2. O treinamento deverá abranger, no mínimo, os seguintes conteúdos:

- I – operação dos equipamentos de captura biométrica;
- II – utilização do sistema de coleta de dados biográficos e biométricos;
- III – procedimentos de captura de fotografia, impressões digitais e assinatura digitalizada;
- IV – validação e conferência dos dados coletados;
- V – procedimentos operacionais para emissão e gestão das identidades funcionais;
- VI – utilização das funcionalidades de consulta e acompanhamento das emissões;
- VII – procedimentos de segurança da informação relacionados ao uso do sistema.

4.8.3. O treinamento deverá contemplar atividades teóricas e práticas, de forma a capacitar os servidores designados para operar adequadamente os equipamentos e sistemas envolvidos na solução.

4.8.4. A contratada deverá fornecer material de apoio técnico ou manual de operação contendo orientações detalhadas sobre utilização do sistema e dos equipamentos.

4.8.5. A contratada deverá disponibilizar suporte técnico remoto contínuo durante toda a vigência contratual.

4.8.6. O suporte técnico deverá abranger atendimento para resolução de falhas técnicas, esclarecimento de dúvidas operacionais, orientação sobre utilização do sistema e suporte à operação das estações de coleta biométrica.

4.8.7. O atendimento de suporte técnico deverá ser realizado por equipe especializada, apta a prestar assistência técnica aos usuários designados pela Administração.

4.8.8. Sempre que necessário, a contratada deverá promover atualização ou manutenção corretiva dos sistemas utilizados na solução, garantindo a continuidade da operação e o adequado funcionamento dos serviços contratados.

#### **4.9. Requisitos técnicos dos equipamentos de captura biométrica**

4.9.1. A contratada deverá fornecer, instalar, configurar e manter estações completas de coleta biométrica destinadas à captura de dados biográficos e biométricos dos servidores.

4.9.2. Cada estação de coleta biométrica deverá ser composta, no mínimo, pelos seguintes equipamentos e dispositivos:

I – câmera digital ou equipamento de captura facial compatível com padrões internacionais de identificação biométrica;

II – leitor biométrico de impressões digitais para coleta decadactilar;

III – dispositivo eletrônico para captura de assinatura digitalizada;

IV – computador ou estação de trabalho compatível com o sistema de captura biométrica;

V – monitor, periféricos e demais componentes necessários à operação do sistema;

VI – softwares, drivers, licenças e demais componentes tecnológicos necessários ao funcionamento da solução.

4.9.3. Os leitores biométricos utilizados para captura de impressões digitais deverão possuir resolução mínima de 500 DPI.

4.9.4. Os equipamentos biométricos deverão ser compatíveis com padrões técnicos internacionalmente reconhecidos, incluindo padrões utilizados em sistemas de identificação civil e criminal.

4.9.5. Sempre que aplicável, os equipamentos deverão possuir certificações ou conformidade com padrões técnicos adotados por organismos internacionais, incluindo especificações utilizadas pelo Federal Bureau of Investigation – FBI.

4.9.6. O sistema deverá permitir a coleta de dez impressões digitais roladas (decadactilares) em meio digital.

4.9.7. O sistema deverá permitir a captura de fotografia facial compatível com padrões biométricos internacionais utilizados em documentos de identificação.

4.9.8. O sistema deverá permitir a captura de assinatura digitalizada do titular.

4.9.9. Os equipamentos deverão ser compatíveis com os softwares de captura e gestão de dados biométricos utilizados na solução contratada.

4.9.10. A contratada deverá assegurar a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos utilizados nas estações de coleta biométrica durante toda a vigência contratual.

#### **4.10. Requisitos de desempenho operacional**

4.10.1. A solução contratada deverá permitir a execução eficiente do processo de coleta biométrica e emissão das identidades funcionais, garantindo produtividade compatível com a demanda institucional.

4.10.2. A contratada deverá dimensionar adequadamente a quantidade de estações de coleta biométrica em cada localidade de atendimento, considerando o volume estimado de servidores, a distribuição geográfica das unidades e os prazos estabelecidos pela Administração.

4.10.3. O sistema deverá possibilitar atendimento organizado dos servidores, permitindo controle de filas, registro de atendimentos e acompanhamento das coletas realizadas.

4.10.4. A solução deverá garantir estabilidade operacional, minimizando interrupções no processo de coleta e processamento das informações.

4.10.5. A contratada deverá assegurar disponibilidade contínua da solução tecnológica utilizada para captura biométrica, gestão de dados e acompanhamento das emissões.

4.10.6. O sistema deverá permitir acompanhamento administrativo da produtividade das estações de coleta biométrica e do andamento das emissões das identidades funcionais.

4.10.7. A solução deverá possibilitar geração de relatórios gerenciais contendo informações relativas a atendimentos realizados, documentos emitidos, reemissões solicitadas e demais indicadores operacionais.

4.10.8. Todos os dados constantes das identidades funcionais deverão respeitar os padrões de formatação definidos nos Anexos I e II da Minuta de Portaria, incluindo:

- O nome completo do servidor em fonte Crystal Bold, 8 pt;
- O cargo efetivo em destaque, cor vermelha, em negrito e caixa alta, fonte Crystal Bold, 9 pt;
- O texto relativo ao porte de arma em cor vermelha, fonte Crystal Bold, 6 pt;
- A inscrição “VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL” em Arial Black, 5,37 pt;
- Fotografia e demais dados variáveis incorporados permanentemente via gravação a laser.

4.10.9. O prazo de até 30 (trinta) dias corridos para reemissões de documentos deverá ser rigorosamente respeitado, assegurando prontidão e continuidade do serviço.

#### **4.11. Produção, logística e cadeia de custódia documental**

4.11.1. A contratada será responsável pela produção, personalização e entrega das identidades funcionais.

4.11.2. A produção das identidades funcionais deverá observar rigorosos padrões de segurança documental, incluindo controle sobre substratos, insumos de segurança e processos de personalização.

4.11.3. A contratada deverá manter controle rigoroso sobre todos os insumos de segurança utilizados na produção das identidades funcionais, incluindo substratos de policarbonato e demais materiais sensíveis.

4.11.4. Os insumos de segurança deverão permanecer armazenados em ambiente seguro, com controle de acesso restrito a profissionais autorizados.

4.11.5. A contratada deverá manter registros auditáveis relativos à utilização de insumos, produção de documentos, perdas de material e descarte de substratos ou documentos defeituosos.

4.11.6. Documentos produzidos com erro, defeito ou inconsistência deverão ser inutilizados por procedimento seguro que impeça qualquer possibilidade de reutilização ou fraude.

4.11.7. O procedimento de inutilização deverá ser devidamente registrado e passível de auditoria pela Administração.

4.11.8. A contratada deverá manter cadeia de custódia documental que assegure rastreabilidade e controle sobre todas as etapas do processo de produção.

#### **4.12. Logística de entrega e prazos de reemissão**

4.12.1. A contratada será responsável pela logística de envio das identidades funcionais produzidas, assegurando a integridade física dos documentos, a confidencialidade das informações e a rastreabilidade durante o transporte.

4.12.2. As identidades funcionais deverão ser entregues em lotes à sede da Secretaria Nacional de Políticas Penais – SENAPPEN, cabendo à Administração a distribuição interna aos servidores.

4.12.3. A contratada deverá adotar procedimentos que garantam o transporte seguro dos documentos produzidos, com controle e rastreamento das remessas realizadas.

4.12.4. A entrega dos documentos deverá ocorrer em embalagens adequadas, capazes de preservar a integridade física das identidades funcionais durante o transporte e manuseio.

4.12.5. Nos casos de perda, dano, erro de personalização ou necessidade de atualização cadastral, a contratada deverá realizar reemissão ou reimpressão do documento.

4.12.6. As reemissões deverão ser realizadas no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da solicitação formal da Administração.

4.12.7. O processo de reemissão deverá seguir os mesmos padrões de segurança, personalização e rastreabilidade aplicáveis à emissão original do documento.



#### **4.13. Sustentabilidade e alinhamento ao Plano de Logística Sustentável da SENAPPEN**

4.13.1. A execução do objeto deverá observar práticas de sustentabilidade ambiental, em conformidade com as diretrizes da Administração Pública Federal e com as orientações estabelecidas no Plano de Logística Sustentável – PLS da Secretaria Nacional de Políticas Penais – SENAPPEN.

4.13.2. A contratada deverá adotar práticas que priorizem a racionalização do uso de insumos, a redução de desperdícios e a utilização eficiente de recursos naturais no processo produtivo.

4.13.3. Sempre que aplicável, deverão ser utilizados materiais, tecnologias e processos produtivos que apresentem menor impacto ambiental e maior eficiência no uso de recursos.

4.13.4. A contratada deverá adotar medidas destinadas à adequada gestão e destinação ambientalmente correta de resíduos eventualmente gerados durante o processo de produção das identidades funcionais.

4.13.5. Sempre que aplicável, deverão ser utilizados materiais e embalagens que contribuam para a redução de impactos ambientais e para a melhoria da eficiência logística do transporte e armazenamento dos documentos produzidos.

4.13.6. A execução contratual deverá observar, sempre que possível, práticas voltadas à eficiência energética, à durabilidade dos produtos fornecidos e à redução do consumo de recursos naturais.

4.13.7. A contratada deverá observar as diretrizes estabelecidas no Plano de Logística Sustentável da SENAPPEN, especialmente no que se refere à gestão eficiente de recursos, redução de desperdícios e adoção de boas práticas ambientais nos processos administrativos e operacionais relacionados à contratação.

#### **4.14. Programa de integridade e conduta ética**

4.14.1. A contratada deverá observar os princípios e diretrizes do Programa de Integridade do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP e da Secretaria Nacional de Políticas Penais – SENAPPEN.

4.14.2. A contratada deverá adotar práticas destinadas à prevenção de fraudes, corrupção, conflitos de interesse e demais irregularidades no âmbito da execução contratual.

4.14.3. Durante toda a vigência do contrato, a contratada deverá manter conduta ética, transparente e compatível com os princípios da administração pública, especialmente os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

4.14.4. A contratada deverá garantir a integridade das informações tratadas no âmbito da contratação, bem como a proteção dos dados pessoais eventualmente manipulados durante a execução dos serviços.

4.14.5. A contratada deverá colaborar com eventuais ações de fiscalização, auditoria ou controle realizadas pelos órgãos competentes da Administração Pública.

4.14.6. Sempre que solicitado pela Administração, a contratada deverá prestar informações e apresentar documentos que comprovem a observância das diretrizes de integridade e governança aplicáveis à execução contratual.

#### **4.15. Proteção de dados pessoais e segurança da informação**

4.15.1. A contratada deverá adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais e biométricos tratados no âmbito da execução contratual, garantindo sua confidencialidade, integridade, disponibilidade e rastreabilidade.

4.15.2. O tratamento de dados pessoais deverá observar integralmente os princípios e disposições estabelecidos na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), incluindo, entre outros, os princípios da finalidade, adequação, necessidade, segurança, prevenção, transparência e responsabilização.

4.15.3. A contratada deverá assegurar que o acesso aos dados pessoais e biométricos seja restrito exclusivamente a profissionais autorizados e diretamente envolvidos na execução do objeto contratado.

4.15.4. A contratada deverá manter registros de acesso, processamento e transmissão de dados biográficos e biométricos, assegurando rastreabilidade e auditabilidade das operações realizadas.

4.15.5. A solução tecnológica utilizada deverá observar boas práticas de segurança da informação, incluindo mecanismos de autenticação segura, controle de acesso, criptografia de dados, registro de eventos de segurança e monitoramento de atividades.

4.15.6. Sempre que aplicável, a infraestrutura tecnológica empregada na execução do objeto deverá observar padrões reconhecidos de gestão de segurança da informação, tais como a norma ISO/IEC 27001 ou referência técnica equivalente.

4.15.7. Os sistemas utilizados para coleta, armazenamento, processamento e transmissão de dados deverão possuir mecanismos que assegurem proteção contra acessos não autorizados, perda de dados, adulteração de informações e incidentes de segurança.

4.15.8. A contratada deverá comunicar imediatamente à Administração qualquer incidente de segurança da informação que possa comprometer a integridade, confidencialidade ou disponibilidade dos dados tratados no âmbito da contratação.

#### **4.16. Controle de insumos de segurança e rastreabilidade da produção**

4.16.1. A contratada deverá manter controle interno rigoroso sobre os insumos utilizados no processo de produção das identidades funcionais, incluindo substratos de polycarbonato ou materiais equivalentes destinados à personalização dos documentos.

4.16.2. Os insumos utilizados na produção das identidades funcionais deverão permanecer armazenados em ambiente seguro, com acesso restrito e controles que permitam rastreabilidade durante todo o processo produtivo.

4.16.3. A contratada deverá adotar procedimentos que impeçam extravio, uso indevido ou produção não autorizada de documentos.

4.16.4. A contratada deverá manter registros auditáveis relativos à produção das identidades funcionais, incluindo quantidade de documentos produzidos, eventuais perdas, falhas de produção ou descarte de materiais durante o processo.

4.16.5. Os documentos produzidos com erro, defeito ou rejeitados em procedimentos de controle de qualidade deverão ser inutilizados por procedimento seguro que impeça sua reutilização ou recuperação.

4.16.6. O processo de inutilização ou descarte de documentos defeituosos deverá ser devidamente registrado e documentado, garantindo rastreabilidade e possibilidade de auditoria pela Administração.

4.16.7. Sempre que solicitado, a contratada deverá disponibilizar à Administração relatórios de controle de produção, perdas e descarte relacionados às identidades funcionais emitidas no âmbito do contrato.

#### **4.17. Subcontratação**

4.17.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratado.

4.17.2. A vedação à subcontratação justifica-se pela natureza sensível do objeto, que envolve a emissão de documentos oficiais de identificação funcional e o tratamento de dados pessoais e biométricos dos servidores.

4.17.3. A execução integral do objeto pela própria contratada assegura maior controle institucional sobre todas as etapas de produção, personalização e emissão das identidades funcionais.

4.17.4. A vedação à subcontratação também visa preservar o sigilo das informações tratadas no âmbito da contratação, bem como mitigar riscos relacionados à segurança da informação e à proteção de dados pessoais.

4.17.5. A execução direta pela contratada contribui para garantir maior rastreabilidade das operações, controle administrativo e integridade do processo de produção documental.

#### **4.18. Garantia contratual**

4.18.1. Nos termos dos arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021, poderá ser exigida da contratada a prestação de garantia contratual com a finalidade de assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas no âmbito da execução do contrato.

4.18.2. A exigência de garantia contratual visa resguardar a Administração Pública contra eventuais inadimplementos, assegurando cobertura para aplicação de multas, reparação de prejuízos e indenizações decorrentes do descumprimento das obrigações estabelecidas no contrato.

4.18.3. Considerando que o objeto da contratação envolve a emissão de documentos oficiais de identificação funcional, com tratamento de dados pessoais e biométricos dos servidores e utilização de tecnologias específicas de segurança documental, entende-se adequada a previsão de garantia contratual como instrumento adicional de mitigação de riscos.

4.18.4. A garantia contratual poderá corresponder a até 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, conforme estabelecido no art. 98 da Lei nº 14.133/2021.

4.18.5. A garantia poderá ser prestada nas modalidades previstas na legislação, incluindo caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, a critério da contratada, observadas as disposições legais e as condições estabelecidas no instrumento convocatório.

#### **4.19. Vistoria técnica**

4.19.1. Não será exigida vistoria técnica prévia para participação no certame, uma vez que as condições de execução do objeto encontram-se suficientemente descritas neste instrumento e nas especificações técnicas estabelecidas para a contratação.

4.19.2. A natureza do objeto permite que os licitantes elaborem suas propostas com base nas informações constantes deste Estudo Técnico Preliminar e nos demais documentos da contratação, sem necessidade de visita prévia.

4.19.3. A execução dos serviços ocorrerá, em grande parte, nas instalações da própria contratada, especialmente no que se refere às atividades de produção e personalização das identidades funcionais.

4.19.4. Caso necessário, a Administração poderá realizar diligências ou solicitar informações adicionais para verificação das condições técnicas e operacionais da empresa durante a fase de habilitação ou durante a execução contratual.

#### **4.20. Forma e critérios de seleção do fornecedor e regime de execução**

4.20.1. O fornecedor será selecionado por meio de procedimento licitatório na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item.

4.20.2. A adoção do pregão eletrônico fundamenta-se na caracterização do objeto como serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que as especificações técnicas necessárias à execução do objeto podem ser objetivamente definidas neste instrumento e no Termo de Referência.

4.20.3. Nos termos do art. 29 da Lei nº 14.133/2021, o pregão é a modalidade adequada para contratação de bens e serviços comuns, devendo ser utilizado preferencialmente na forma eletrônica, de modo a ampliar a competitividade, garantir transparência ao processo e possibilitar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

4.20.4. A contratação será realizada por meio de contratação por demanda, nos termos da Lei nº 14.133/2021, considerando que a demanda por identidades funcionais ocorrerá de forma parcelada ao longo da vigência do instrumento contratual.

4.20.5. O regime de execução do objeto será o de empreitada por preço unitário, nos termos do art. 6º, inciso XXVIII, da Lei nº 14.133/2021.

4.20.6. Nesse regime, a remuneração da contratada ocorrerá de acordo com a quantidade efetivamente executada de identidades funcionais emitidas e entregues, observados os valores unitários registrados no contrato ou instrumento que o substitua.

4.20.7. A adoção do regime de preço unitário mostra-se adequada diante da natureza do objeto, cuja demanda é variável e depende da solicitação da Administração ao longo da vigência da contratação.

#### **4.21. Qualificação técnico-operacional**

4.21.1. A qualificação técnico-operacional tem por objetivo assegurar que a empresa contratada possua capacidade técnica e experiência compatíveis com a execução do objeto, conforme previsto no art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

4.21.2. Para fins de comprovação de aptidão técnica, o licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) a execução de serviços compatíveis com o objeto desta contratação.

4.21.3. Serão considerados compatíveis os atestados que comprovem experiência na produção, personalização ou emissão de documentos de identificação, cartões em policarbonato ou documentos com elementos de segurança gráfica.

4.21.4. Os atestados deverão demonstrar que a empresa executou serviços com complexidade tecnológica e operacional compatível com o objeto desta contratação, incluindo atividades de personalização de documentos, impressão segura, controle de qualidade e logística de entrega.

4.21.5. Deverá ser comprovada experiência mínima de 3 (três) anos na prestação de serviços semelhantes, admitindo-se o somatório de atestados referentes a períodos distintos, não sendo exigida continuidade entre eles.

4.21.6. Os atestados deverão demonstrar execução de quantitativo mínimo equivalente a 30% (trinta por cento) do quantitativo máximo estimado de identidades funcionais previsto para a contratação.

4.21.7. Os documentos apresentados deverão conter, sempre que possível, a identificação da entidade contratante, a descrição dos serviços executados, o período de execução e os quantitativos envolvidos, de modo a permitir a verificação da compatibilidade com o objeto da contratação.

4.21.8. Será admitida a apresentação de mais de um atestado para fins de comprovação da qualificação técnico-operacional, podendo estes ser considerados de forma cumulativa.

4.21.9. A Administração poderá realizar diligências para verificar a autenticidade e a veracidade das informações constantes dos atestados apresentados.

#### **4.22. Participação de cooperativas**

4.22.1. A participação de cooperativas não será admitida na presente contratação.

4.22.2. O objeto envolve a execução de serviço especializado que exige infraestrutura tecnológica específica, controle rigoroso de processos produtivos, manuseio de dados pessoais e biométricos e elevados padrões de segurança da informação.

4.22.3. Tais características demandam responsabilidade empresarial direta e controle integral das etapas de execução do serviço, circunstâncias incompatíveis com o modelo de organização típico das cooperativas.

#### **4.23. Participação de consórcios**

4.23.1. Não será admitida a participação de consórcios de empresas na presente licitação.

4.23.2. O objeto da contratação envolve a emissão de documentos oficiais de identificação funcional, com tratamento de dados pessoais e biométricos, exigindo elevado grau de controle, rastreabilidade e segurança da informação.

4.23.3. A divisão da execução entre empresas consorciadas poderia comprometer o controle sobre o processo produtivo, a padronização dos documentos emitidos e a responsabilização direta por eventuais falhas na execução contratual.

#### **4.24. Participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**

4.24.1. A presente contratação observará o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006 para microempresas e empresas de pequeno porte, quando aplicável.

4.24.2. Não será estabelecida exclusividade de participação para microempresas e empresas de pequeno porte, considerando que o objeto envolve serviço especializado que exige infraestrutura tecnológica e capacidade operacional compatíveis.

4.24.3. A contratação será realizada por meio de contratação por demanda, com estimativa global que supera o limite previsto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006 para licitações exclusivas.

4.24.4. Permanecem assegurados às microempresas e empresas de pequeno porte os demais benefícios previstos na legislação aplicável, inclusive em relação à regularização fiscal tardia e aos critérios de desempate.

#### **4.25. Sigilo institucional e proteção de dados**

4.25.1. A contratada deverá assegurar o sigilo e a confidencialidade de todas as informações institucionais, dados pessoais, dados biométricos, documentos, imagens, registros e demais elementos aos quais tiver acesso em razão da execução do contrato.

4.25.2. As informações e dados fornecidos pela Administração ou gerados durante a execução dos serviços deverão ser utilizados exclusivamente para a finalidade de execução do objeto contratual.

4.25.3. A contratada deverá adotar medidas técnicas e administrativas adequadas para proteção das informações sob sua responsabilidade, observando, no que couber, as disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

4.25.4. O dever de sigilo estende-se aos empregados, prepostos, representantes e eventuais subcontratados da contratada.

4.25.5. O descumprimento das obrigações de sigilo poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo das responsabilidades civis e penais aplicáveis.

#### **4.26. Controle de produção e prevenção à fraude documental**

4.26.1. Considerando que o objeto envolve a emissão de documentos oficiais de identificação funcional, a contratada deverá adotar controles rigorosos de produção, armazenamento e rastreabilidade dos materiais utilizados na confecção das identidades funcionais.

4.26.2. A contratada deverá implementar procedimentos que permitam identificar todas as etapas do processo produtivo, incluindo registro das quantidades produzidas, perdas de produção e documentos rejeitados em controle de qualidade.

4.26.3. Os documentos produzidos com erro, defeito ou inconsistência deverão ser inutilizados por procedimento seguro que impeça sua reutilização, devendo o descarte ser devidamente registrado.

4.26.4. A contratada deverá adotar mecanismos que impeçam a produção não autorizada de documentos ou o uso indevido de insumos de segurança.

4.26.5. Qualquer incidente de segurança ou suspeita de irregularidade no processo produtivo deverá ser comunicado imediatamente à Administração.

#### **4.27. Cadeia de custódia documental**

4.27.1. A contratada deverá manter controle integral da cadeia de custódia dos documentos funcionais e dos insumos de segurança utilizados em sua produção.

4.27.2. O controle deverá contemplar registros de recebimento, armazenamento, movimentação interna, produção, controle de qualidade e expedição.

4.27.3. Os registros deverão permitir a rastreabilidade completa de cada documento produzido, incluindo identificação do lote e data de produção.

#### **4.28. Transporte seguro dos documentos**

4.28.1. O transporte das identidades funcionais deverá observar procedimentos de segurança compatíveis com a natureza de documento oficial de identificação.

4.28.2. Os documentos deverão ser acondicionados em embalagens invioláveis e identificadas.

4.28.3. O envio deverá ocorrer por meio de logística que permita rastreamento e confirmação formal de recebimento pela Administração.

4.28.4. Qualquer ocorrência durante o transporte deverá ser imediatamente comunicada à Administração.

#### **4.29. Continuidade da prestação do serviço**

4.29.1. A contratada deverá possuir estrutura operacional apta a garantir a continuidade da produção das identidades funcionais durante toda a vigência da contratação.

4.29.2. A contratada deverá adotar procedimentos de contingência para situações de falha operacional ou indisponibilidade de equipamentos.

4.29.3. A adoção de medidas de continuidade operacional não exime a contratada da responsabilidade pela execução integral do objeto contratado.

#### **4.30. Auditorias e inspeções**

4.30.1. A Administração poderá, a qualquer tempo, realizar auditorias, inspeções ou diligências relacionadas exclusivamente à verificação do cumprimento das obrigações contratuais e das especificações técnicas estabelecidas para o objeto da contratação.

4.30.2. As verificações poderão abranger aspectos relacionados à segurança da informação, à rastreabilidade dos documentos produzidos, à proteção de dados e aos controles associados à execução do objeto contratado.

4.30.3. Para fins de verificação do cumprimento contratual, a contratada deverá disponibilizar as informações, documentos e registros relacionados às atividades vinculadas à execução do objeto.

4.30.4. A realização de auditorias ou inspeções pela Administração não exime a contratada de sua responsabilidade integral pela adequada execução dos serviços.

#### **Da exigência de amostra**

4.30.5. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.30.6. Será exigida amostra do seguinte item:

4.30.6.1. Carteira de identidade funcional confeccionada em policarbonato ou material equivalente, similar ou de qualidade superior, com impressão colorida de alta resolução, contendo os elementos gráficos, dados funcionais e dispositivos de segurança previstos neste Termo de Referência. A amostra deverá observar os padrões de acabamento, durabilidade e segurança compatíveis com documentos oficiais de identificação funcional, admitindo-se solução técnica equivalente que atenda às especificações estabelecidas.

4.30.7. A amostra da carteira de identidade funcional poderá ser entregue no endereço da Secretaria Nacional de Políticas Penais – SENAPPEN, Setor Comercial Norte, Quadra 4, Edifício Multibrasil Corporate, Torre A, 1º andar, Brasília/DF, CEP 70714-903, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da solicitação formal, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.30.8. É facultada a prorrogação do prazo estabelecido, mediante solicitação fundamentada apresentada pelo interessado antes do término do prazo inicialmente fixado.

4.30.9. No caso de não haver entrega da amostra da carteira de identidade funcional, de ocorrer atraso injustificado ou de ser apresentada amostra em desacordo com as especificações previstas neste Termo de Referência, a proposta será recusada.

4.30.10. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

4.30.10.1. Carteira de identidade funcional: verificação do material utilizado (policarbonato ou equivalente, similar ou superior), qualidade da impressão e definição dos elementos gráficos; resistência do material a flexões, desgaste e manipulação; integridade estrutural do documento; qualidade do acabamento; fidelidade aos padrões visuais e de layout estabelecidos; adequação dos elementos de segurança previstos; e conformidade com as especificações técnicas descritas neste Termo de Referência.

4.30.11. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.30.12. Caso a amostra da carteira de identidade funcional apresentada pelo primeiro classificado não seja aceita, será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado, seguindo-se com a verificação das respectivas amostras e assim sucessivamente, até que seja identificada proposta que atenda às especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

4.30.13. O exemplar da carteira de identidade funcional colocado à disposição da Administração será tratado como protótipo, podendo ser manuseado e submetido a análises pela equipe técnica responsável, não gerando direito a ressarcimento.

4.30.14. Após a divulgação do resultado final do certame, a amostra da carteira de identidade funcional entregue deverá ser recolhida pelo fornecedor no prazo de 30 (trinta) dias, após o qual poderá ser descartada pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.30.15. O interessado deverá colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização das verificações técnicas necessárias, bem como fornecer, quando aplicável, documentação técnica ou material explicativo que permita a adequada avaliação da solução apresentada.

## **Disposições finais**

### **4.31. Classificação do Objeto**

Destaca-se que se trata de serviço comum, em que não há necessidade de alocação de mão de obra exclusiva, nem existe qualquer vínculo permanente ou subordinação direta com o órgão contratante. O regime de execução adotado será empreitada por preço unitário, com pagamento por unidade de identidade funcional entregue, garantindo a adequada prestação do serviço sem caracterizar vínculo trabalhista.

### **4.32. Atividade de Custeio**

A presente contratação classifica-se como atividade de custeio, nos termos da Portaria ME nº 7.828/2022, compreendendo serviços de apoio às atividades institucionais da Secretaria Nacional de Políticas Penais – SENAPPEN, relacionados à emissão, personalização, distribuição e gestão das identidades funcionais dos servidores.

### **4.33. Modelo de Execução – Serviço Continuado**

O serviço será executado como atividade continuada, com vigência inicial de 12 meses, prorrogável até o limite legal de 10 anos, garantindo planejamento logístico adequado, reposição de identidades funcionais, manutenção da padronização institucional, segurança documental e atualização tecnológica contínua.

### **4.34. Prevalência das especificações técnicas institucionais**

Em caso de eventuais dúvidas quanto às especificações técnicas relativas ao objeto da presente contratação, deverão ser rigorosamente observadas as orientações constantes da minuta de portaria e do descritivo técnico anexos a este Estudo Técnico Preliminar – ETP, os quais estabelecem os parâmetros institucionais, requisitos de segurança e padrões de confecção aplicáveis às identidades funcionais, prevalecendo suas disposições para fins de interpretação e execução do objeto da contratação.

## **5. Levantamento de Mercado**

5.1. O levantamento de mercado foi realizado com o objetivo de identificar soluções disponíveis para a confecção de identidades funcionais institucionais, bem como compreender as práticas adotadas por órgãos públicos e fornecedores especializados nesse tipo de serviço.

5.2. Verificou-se que a solução predominante no mercado para documentos funcionais institucionais consiste na emissão de cartões produzidos em policarbonato ou material equivalente de alta durabilidade, com impressão gráfica de alta definição e incorporação de elementos de segurança destinados a prevenir fraudes, adulterações e falsificações.

5.3. Além da etapa de produção gráfica do documento, identificou-se que contratações semelhantes realizadas por órgãos públicos costumam envolver um conjunto integrado de serviços complementares, tais como coleta de dados biográficos e biométricos dos servidores, personalização das identidades funcionais, gestão das bases de dados, integração com sistemas institucionais e logística de distribuição segura dos documentos emitidos.

5.4. No âmbito das soluções tecnológicas disponíveis, observou-se a utilização de recursos de segurança documental, incluindo microtextos, fundos numismáticos (guilhoche), elementos gráficos de difícil reprodução, tintas especiais e impressão em múltiplas camadas, bem como a possibilidade de integração com sistemas governamentais de identificação e segurança pública.

5.5. A análise das referências obtidas evidenciou a existência de variações relevantes entre os valores praticados no mercado, o que pode ser explicado pelas diferenças de escopo das contratações, níveis de segurança documental, tecnologias empregadas, escala de produção e inclusão ou não de serviços adicionais, como coleta biométrica, infraestrutura tecnológica e logística de entrega.

5.6. Considerando essas variáveis, foram identificados diferentes cenários de contratação:

**Cenário 1 – Contratação de Fornecedor Especializado (Solução Integrada):** contratação de empresa com expertise técnica comprovada para fornecimento completo, abrangendo produção, personalização, coleta biométrica, suporte técnico e logística de entrega das identidades funcionais.

Vantagens: maior eficiência, rastreabilidade, padronização institucional e controle de dados sensíveis;

Desvantagens: dependência de um único fornecedor e necessidade de gestão contratual rigorosa.

**Cenário 2 – Licitação Fragmentada:** contratação separada de diferentes fornecedores para etapas distintas do processo.

Vantagens: maior controle individual sobre cada componente e potencial aumento da competitividade;

Desvantagens: maior risco de descontinuidade de serviços, complexidade operacional e vulnerabilidade na segurança da informação.

5.7. Após análise comparativa dos cenários, considerando segurança da informação, proteção de dados pessoais, governança de sistemas, eficiência operacional, economicidade e riscos contratuais, conclui-se que a Solução 1 – Contratação de Fornecedor Especializado – Solução Integrada é a alternativa mais vantajosa e adequada ao interesse público da SENAPPEN. Essa solução permite à Administração manter padronização das identidades, reduzir riscos operacionais, garantir controle sobre dados sensíveis e assegurar maior celeridade e eficiência na execução do serviço.

Para maior segurança e conformidade com a Minuta de Portaria, a expertise técnica exigida da contratada deverá contemplar, obrigatoriamente, a capacidade de gerar o QR Code criptografado e fornecer suporte à identidade digital (stamp out spoofing), conforme exigido nos Arts. 5º e 7º da Minuta.

5.8. Para definição do valor estimado da contratação, foi realizada pesquisa de preços com base em múltiplas fontes, conforme previsto na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, incluindo dados de contratações públicas, pesquisas em sítios eletrônicos especializados e cotações junto a fornecedores do segmento. Adotou-se a mediana como medida de tendência central, nos termos do art. 6º da referida Instrução Normativa, metodologia que reduz o impacto de valores extremos ou discrepantes e confere maior confiabilidade à estimativa de preços.

5.9. A partir da consolidação e tratamento das informações obtidas, chegou-se ao valor unitário estimado de R\$ 122,18 (cento e vinte e dois reais e dezoito centavos) para a confecção das identidades funcionais, considerado compatível com as características técnicas e o nível de segurança exigido para documentos institucionais dessa natureza.

5.10. Assim, o levantamento de mercado demonstrou a viabilidade da contratação pretendida e forneceu subsídios técnicos para o planejamento da solução, especialmente quanto à definição das especificações do objeto, à estimativa de custos e à estruturação do processo de contratação.

## **6. Descrição da solução como um todo**

6.1. A presente contratação tem por finalidade implementar solução institucional voltada à emissão e padronização das identidades funcionais dos servidores da Secretaria Nacional de Políticas Penais – SENAPPEN, com o objetivo de assegurar a adequada identificação funcional, reforçar a segurança institucional e conferir autenticidade e confiabilidade aos documentos de identificação utilizados pelos servidores no exercício de suas atribuições.

6.1.1. A solução proposta busca garantir a emissão de documentos funcionais com elevado padrão de segurança gráfica e durabilidade, produzidos em material apropriado, contendo elementos de proteção contra falsificação e adulteração, além de possibilitar a adequada identificação dos servidores perante outras instituições públicas e privadas, especialmente em situações relacionadas ao exercício de atividades institucionais.

### **6.2. Alternativas de solução consideradas**

#### **6.2.1. Solução 1 – Utilização de modelos simplificados de identificação funcional**

6.2.1.1. Consistiria na adoção de documentos de identificação produzidos em materiais convencionais, com baixo nível de segurança gráfica e sem a incorporação de tecnologias adicionais de proteção documental, priorizando exclusivamente o menor custo unitário de produção.

6.2.1.2. Embora essa alternativa represente menor investimento inicial, mostrou-se inadequada por não atender aos requisitos mínimos de segurança, durabilidade e confiabilidade exigidos para documentos de identificação funcional institucional, especialmente considerando a natureza das atividades desempenhadas pelos servidores da SENAPPEN.

#### **6.2.2. Solução 2 – Contratação de solução integral de gestão de identificação funcional**

6.2.2.1. Essa alternativa envolveria a contratação de empresa especializada para prestação contínua de serviços de emissão, gestão, atualização e substituição de identidades funcionais, incluindo a administração completa do sistema de identificação dos servidores.

6.2.2.2. Apesar de oferecer solução integrada, essa alternativa implicaria maior complexidade contratual, dependência permanente de fornecedor externo e custos administrativos mais elevados ao longo do tempo, além de reduzir o controle direto da Administração sobre a gestão do processo de emissão dos documentos.

#### **6.2.3. Solução 3 – Contratação de empresa especializada para confecção das identidades funcionais (solução escolhida)**

6.2.3.1. A solução selecionada consiste na contratação de empresa especializada para a confecção das identidades funcionais dos servidores da SENAPPEN, contemplando a produção dos documentos em material de alta durabilidade, policarbonato ou material de resistência superior, com incorporação de elementos de segurança gráfica, personalização individualizada e execução dos serviços técnicos necessários à emissão das identidades.

6.2.3.2. O uso do policarbonato garante maior resistência a desgaste, violação e tentativas de falsificação, além de permitir a incorporação de recursos avançados de segurança, assegurando a integridade e confiabilidade das identidades funcionais.

6.2.3.3. A contratação também poderá abranger atividades complementares necessárias à emissão segura dos documentos, tais como coleta de dados biográficos e biométricos, personalização das identidades funcionais, integração tecnológica com sistemas institucionais, integração via WebService para versão digital da identidade funcional, e logística de entrega dos documentos emitidos.

6.2.3.4. Essa alternativa foi escolhida por apresentar melhor relação custo-benefício, assegurar maior nível de segurança documental, garantir padronização institucional das identidades funcionais e permitir a implementação de processo estruturado e confiável de identificação dos servidores.

6.2.3.5. A adoção dessa solução permite:

- a) padronizar a identificação funcional dos servidores da SENAPPEN;
- b) reforçar a segurança institucional e a autenticidade dos documentos de identificação;
- c) incorporar elementos de segurança gráfica destinados a prevenir fraudes e falsificações;
- d) garantir maior durabilidade e confiabilidade dos documentos funcionais;
- e) assegurar compatibilidade com sistemas institucionais e bases de dados governamentais;
- f) manter controle administrativo sobre o processo de emissão e gestão das identidades funcionais;
- g) atender aos princípios da economicidade, eficiência e segurança administrativa previstos na Lei nº 14.133/2021.

6.2.3.6. Dessa forma, a solução adotada mostra-se a mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e econômico, atendendo às necessidades institucionais da SENAPPEN e assegurando conformidade com as diretrizes de segurança, governança administrativa e gestão pública.

### 6.3. Condições de execução

6.3.1. Após a assinatura do contrato, será realizada reunião técnica entre a fiscalização do contrato e a CONTRATADA, com o objetivo de alinhar responsabilidades, detalhar as etapas operacionais, validar procedimentos técnicos, estabelecer os marcos de acompanhamento e ajustar o cronograma de execução, garantindo que os serviços sejam executados em conformidade com as especificações contratuais e os requisitos técnicos definidos pela Administração.

6.3.2. Para essa reunião inicial, a CONTRATADA deverá apresentar plano de trabalho contendo a descrição das etapas operacionais, métodos e procedimentos de execução, cronograma estimado, recursos empregados, estratégia logística para atendimento dos postos de coleta biométrica e demais informações necessárias à adequada execução do objeto.

6.3.3. O plano de trabalho será analisado e validado pela gestão do contrato, podendo ser ajustado de comum acordo entre as partes antes do início efetivo da execução.

6.3.4. A execução contratual terá início após a emissão da ordem de serviço pela Administração, documento que formalizará o início das atividades e estabelecerá o cronograma detalhado das etapas de implantação e operação da solução contratada.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa das quantidades dos itens a serem contratados foi realizada com base no número total de servidores da Secretaria Nacional de Políticas Penais – SENAPPEN, considerando a necessidade de identificação funcional obrigatória para acesso às dependências, bem como margem técnica para reposições decorrentes de perdas, danos ou novas emissões.

7.2. Considerando a dinâmica de movimentação de pessoal, admissões, substituições, exonerações frequentes, efeitos de decisões judiciais, novos concursos e demais situações de reorganização funcional, não é possível prever com precisão o quantitativo exato necessário ao longo da vigência do contrato. Por isso, adotou-se um quantitativo estimativo superior ao número de servidores atualmente em exercício, a fim de assegurar continuidade administrativa e evitar contratações fragmentadas.

7.2.1. Para as identidades funcionais, estimou-se quantitativo mínimo de 1.200 unidades e máximo de 4.000 unidades, que poderão ser demandadas de forma parcelada durante a vigência do instrumento contratual, ressaltando que a Administração não está obrigada a demandar o quantitativo máximo, devendo as solicitações atender à real necessidade.

7.2.2. Cumpre destacar que o quantitativo máximo estimado, aferido em 4.000 unidades, é meramente indicativo, considerando movimentações futuras, novas nomeações, concursos e demais alterações no quadro de servidores da Secretaria Nacional de Políticas Penais – SENAPPEN. Não há obrigatoriedade de demanda do quantitativo máximo, sendo as solicitações realizadas conforme a real necessidade da Administração e o pagamento efetuado exclusivamente de acordo com as identidades efetivamente demandadas.

7.2.3. A identidade funcional tem por finalidade principal a identificação do servidor como membro da SENAPPEN e o exercício das prerrogativas do cargo, não sendo destinada ao controle de acesso físico às dependências. O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista a necessidade de manutenção de condições de padronização, integridade e confiabilidade das identidades funcionais, incluindo emissão, reimpressão, atualização de dados e suporte técnico. A vigência plurianual do contrato é considerada mais vantajosa, conforme análise do Estudo Técnico Preliminar, permitindo planejamento logístico, reposição de identidades e atualização tecnológica contínua.



7.3. Essa metodologia busca assegurar racionalidade e economicidade na aplicação dos recursos públicos, evitando aquisições insuficientes que possam comprometer a padronização institucional e a segurança documental, bem como prevenindo estoques excessivos incompatíveis com a real necessidade administrativa.

7.4. A definição dos quantitativos também considerou a capacidade logística de armazenamento, o consumo médio anual estimado, a previsibilidade de reposições periódicas e a utilização do código CATSER 17388 apenas como parâmetro para registro no sistema ComprasGov, mantendo equilíbrio entre disponibilidade imediata e gestão eficiente de estoque.

7.5. Assim, os quantitativos foram estimados em:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÁXIMA ESTIMADA
Identidade funcional	Contratação de empresa especializada para a produção e impressão das identidades funcionais dos servidores da Secretaria Nacional de Políticas Penais – SENAPPEN, incluindo fornecimento, instalação e operação de estações de coleta biométrica em Brasília/DF, Cascavel/PR, Mossoró/RN, Campo Grande/MS e Porto Velho/RO, treinamento presencial, suporte técnico remoto contínuo, execução da logística, acondicionamento e envio descentralizado dos lotes, garantia de reimpressões e novas emissões dentro de prazo definido, bem como a prestação de quaisquer serviços acessórios ou complementares necessários à plena execução do objeto, em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Minuta de Portaria nº 34907734.	17388	Unidade	4.000



7.6. Em caso de divergência entre a descrição do item constante nos autos do presente processo e o respectivo código CATSER, deverá prevalecer a descrição detalhada do item, por refletir com maior precisão as especificações técnicas exigidas pela Administração.

7.7. As descrições dos itens limitar-se-ão às informações técnicas estritamente necessárias à correta identificação do material a ser fornecido, assegurando isonomia entre os licitantes e viabilizando a seleção da proposta mais vantajosa, com observância dos critérios de qualidade, padronização, sustentabilidade e eficiência administrativa.

7.8. Admite-se produto similar, equivalente ou superior, desde que atenda integralmente às especificações técnicas e aos padrões mínimos de qualidade estabelecidos no Termo de Referência e demais documentos anexos, preservando a finalidade institucional.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 488.720,00

Valor estimado: R\$ 488.720,00 (quatrocentos e oitenta e oito mil setecentos e vinte reais).

8.1. A estimativa do valor da contratação considerou o quantitativo máximo estimado em 4.000 (quatro mil) unidades, podendo ser demandado de forma parcelada durante a vigência do instrumento contratual, **sem garantia de consumo mínimo além do quantitativo efetivamente solicitado pela Administração**. O valor unitário estimado é de R\$ 122,18 (cento e vinte e dois reais e dezoito centavos), perfazendo o valor total estimado de **R\$ 488.720,00 (quatrocentos e oitenta e oito mil setecentos e vinte reais)**.

8.2. A estimativa também considerou a implementação da solução completa necessária à emissão das identidades funcionais, incluindo a disponibilização, instalação, configuração e funcionamento de estações de coleta biométrica em cinco unidades da Federação, localizadas em Brasília/DF, Cascavel/PR, Mossoró/RN, Campo Grande/MS e Porto Velho/RO, contemplando equipamentos, softwares, licenças, periféricos, insumos, materiais e demais recursos necessários à execução dos serviços.

8.3. Foram igualmente considerados na estimativa os serviços de treinamento presencial em Brasília/DF destinado aos pontos focais indicados pela SENAPPEN, a prestação de suporte técnico remoto durante toda a vigência contratual, bem como a execução da logística de acondicionamento, segurança e envio descentralizado dos lotes de identidades funcionais produzidas, com responsabilidade integral da contratada quanto à integridade, rastreabilidade e confidencialidade do material.

8.4. Considerou-se ainda, para fins de dimensionamento da solução, a observância de prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos para reimpressões ou novas emissões de identidades funcionais, contados a partir da solicitação formal da Administração, bem como a inclusão de todos os serviços acessórios ou complementares necessários à plena execução do objeto.

8.5. A estimativa do valor da contratação foi elaborada com fundamento nos parâmetros estabelecidos na Lei nº 14.133/2021 e na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, mediante a realização de pesquisa de preços em múltiplas fontes, com o objetivo de identificar valores praticados no mercado para serviços de confecção de identidades funcionais com características técnicas equivalentes às previstas nesta contratação.

8.6. Para a formação do valor estimado, foram consultadas as seguintes fontes de pesquisa:

- I – dados extraídos de contratações públicas registradas em sistemas oficiais de compras governamentais;
- II – contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública;
- III – preços obtidos em sítios eletrônicos especializados e fornecedores do mercado;
- IV – pesquisa direta com fornecedor do setor.

8.7. No levantamento inicial foram identificados diversos valores unitários. Após análise técnica dos dados coletados, alguns registros foram desconsiderados por apresentarem valores manifestamente inexequíveis ou excessivamente elevados em relação ao padrão de mercado, circunstâncias que poderiam distorcer o resultado da estimativa.

8.8. Considerando apenas as fontes classificadas como válidas — Banco de Preços (R\$ 128,00 (cento e vinte e oito reais)), ITEP/RN (R\$ 90,00 (noventa reais)), Capacard (R\$ 135,90 (cento e trinta e cinco reais e noventa centavos)), Metalcouro (R\$ 90,00 (noventa reais)) e Valid Soluções S/A (R\$ 122,18 (cento e vinte e dois reais e dezoito centavos)) — obteve-se média simples de R\$ 113,22 (cento e treze reais e vinte e dois centavos) e mediana de R\$ 122,18 (cento e vinte e dois reais e dezoito centavos) para o valor unitário do serviço.

8.9. Para fins de definição do valor de referência, adotou-se a mediana dos preços válidos, por se tratar de medida estatística que reduz a influência de eventuais valores extremos e proporciona maior estabilidade na representação do comportamento do mercado.

8.10. Dessa forma, fixou-se o valor unitário estimado de **R\$ 122,18 (cento e vinte e dois reais e dezoito centavos)** para o serviço de confecção das identidades funcionais.

8.11. Considerando o quantitativo mínimo estimado de 1.200 (mil e duzentas) unidades, o valor total estimado inicial da contratação corresponde a R\$ 146.616,00 (cento e quarenta e seis mil seiscentos e dezesseis reais).

8.12. Ressalta-se que o quantitativo máximo estimado é de 4.000 (quatro mil) unidades, de modo que o valor global potencial da contratação poderá alcançar R\$ 488.720,00 (quatrocentos e oitenta e oito mil setecentos e vinte reais), caso venha a ser demandado o quantitativo máximo estimado.

8.13. A pesquisa realizada demonstra que o valor estimado apresenta compatibilidade com os preços praticados no mercado para serviços de confecção de identidades funcionais com requisitos de segurança gráfica e tecnológica, constituindo parâmetro adequado para subsidiar o planejamento da contratação e a correspondente análise pela autoridade competente.

Fonte de Consulta	Parâmetro	Valor Unitário	Valor Total (1.200 un)	Verificação
Compras.gov (Relatório Detalhado)	I	R\$ 8,00	R\$ 9.600,00	Inexequível
Banco de Preços (Arquivo 77950)	I	R\$ 128,00	R\$ 153.600,00	OK
TRF2 (Contratação Similar)	II	R\$ 22,40	R\$ 26.880,00	Inexequível
ITEP/RN (Contratação Similar)	II	R\$ 90,00	R\$ 108.000,00	OK
Shopee (Internet)	III	R\$ 180,00	R\$ 216.000,00	Excessivamente Elevado
Capacard (Internet)	III	R\$ 135,90	R\$ 163.080,00	OK
Metalcouro (Internet)	III	R\$ 90,00	R\$ 108.000,00	OK
Valid (Pesquisa Direta)	IV	R\$ 122,18	R\$ 146.616,00	OK
MÉDIA SIMPLES (VÁLIDOS)	-	R\$ 113,22	R\$ 122.316,00	-
MEDIANA (VÁLIDOS)	-	R\$ 122,18	R\$ 146.616,00	-

8.14. Memória de cálculo da pesquisa de preços encontra-se detalhada em documento próprio constante dos autos do processo administrativo (34907542) (34907648).

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Nos termos do disposto na Lei nº 14.133/2021, a Administração deve avaliar a viabilidade técnica e econômica do parcelamento do objeto, com o objetivo de ampliar a competitividade e possibilitar a participação de maior número de fornecedores, desde que tal medida não comprometa a eficiência, a padronização ou a adequada execução da contratação.

9.2. No caso da presente contratação, verificou-se que o objeto consiste na implementação de solução integrada para emissão de identidades funcionais institucionais, abrangendo atividades interdependentes, tais como coleta biométrica dos servidores, processamento e validação de dados, personalização gráfica e eletrônica dos documentos, produção das identidades funcionais em material de alta durabilidade e segurança, controle de qualidade, rastreabilidade do processo e logística de entrega dos documentos produzidos.

9.3. A execução dessas atividades demanda elevado grau de integração tecnológica, padronização de processos e interoperabilidade entre os sistemas, equipamentos e fluxos operacionais envolvidos, circunstância que torna recomendável a contratação de solução única e integrada.

9.4. O eventual parcelamento do objeto em contratações distintas poderia acarretar riscos operacionais relevantes, tais como incompatibilidade tecnológica entre sistemas e equipamentos, fragmentação da responsabilidade pela coleta e tratamento de dados biométricos, dificuldades de integração entre as etapas de produção e personalização dos documentos, além de potenciais falhas na rastreabilidade e na segurança do processo de emissão das identidades funcionais.

9.5. Ademais, a centralização da responsabilidade pela execução integral da solução favorece o adequado gerenciamento contratual, a padronização dos procedimentos e a definição clara das responsabilidades da contratada quanto à qualidade, segurança e integridade dos documentos produzidos.

9.6. Dessa forma, conclui-se que o parcelamento do objeto não se mostra tecnicamente recomendável para a presente contratação, tendo em vista a natureza integrada da solução, a necessidade de padronização e controle do processo de emissão das identidades funcionais e os riscos operacionais decorrentes da eventual fragmentação da execução.

9.7. Assim, a solução será contratada de forma única e integrada, sem parcelamento do objeto, medida que se mostra mais adequada para assegurar a eficiência administrativa, a segurança institucional e a adequada execução dos serviços pretendidos.

9.8. A análise técnica que fundamenta a decisão pela não divisão do objeto encontra-se detalhada no presente Estudo Técnico Preliminar, considerando a natureza integrada da solução, os requisitos de segurança institucional e a necessidade de padronização do processo de emissão das identidades funcionais.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

10.1. Para a plena execução da solução pretendida, foi analisada a existência de contratações correlatas ou interdependentes que pudessem impactar ou condicionar a implementação do processo de emissão das identidades funcionais no âmbito da Secretaria Nacional de Políticas Penais – SENAPPEN.

10.2. Verificou-se que a presente contratação possui natureza predominantemente autônoma, uma vez que a solução proposta contempla, de forma integrada, todas as etapas necessárias à emissão das identidades funcionais institucionais, incluindo coleta biométrica, tratamento e validação dos dados, personalização gráfica e eletrônica dos documentos, produção física das identidades funcionais, controle de qualidade, rastreabilidade do processo e logística de entrega.

10.3. A solução contratada deverá ainda disponibilizar as estações de coleta biométrica, os equipamentos, softwares, licenças, periféricos e demais recursos tecnológicos necessários à operacionalização do serviço, bem como prover suporte técnico durante a vigência contratual, não dependendo, portanto, de contratações adicionais para sua implementação.

10.4. Não obstante, a solução poderá demandar integração ou interoperabilidade com sistemas institucionais eventualmente utilizados pela Administração para fins de cadastro, gestão de dados funcionais ou controle administrativo, hipótese em que tais integrações deverão ocorrer de forma compatível com a infraestrutura tecnológica existente, sem necessidade de contratação específica adicional.

10.5. Destaca-se, contudo, que a execução da solução depende de interoperabilidade tecnológica com a plataforma do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública – SINESP, especificamente para geração e validação do QR Code incorporado às identidades funcionais, bem como para eventual compatibilidade com futuras funcionalidades de identidade digital. Nesse contexto, a contratada deverá atuar em conformidade com as diretrizes técnicas da SENASP/MJSP para garantir a integração e interoperabilidade necessárias.

10.6. Dessa forma, conclui-se que não foram identificadas, no momento, contratações correlatas ou interdependentes indispensáveis à viabilização da solução pretendida, sendo a presente contratação suficiente para atender às necessidades institucionais relacionadas à emissão das identidades funcionais dos servidores da Polícia Penal Federal e da Secretaria Nacional de Políticas Penais – SENAPPEN.

10.7. Caso, no curso da execução contratual, seja identificada a necessidade de integração com outras soluções ou sistemas institucionais, tais ajustes poderão ser avaliados pela Administração, observadas as disposições legais e contratuais aplicáveis.

10.8. Registra-se que a análise de contratações correlatas e/ou interdependentes foi realizada no contexto do planejamento da presente contratação, não tendo sido identificadas dependências contratuais imprescindíveis à sua implementação, permanecendo a Administração responsável por avaliar, no curso da execução contratual, eventuais necessidades supervenientes de integração ou adequação tecnológica.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação está alinhada ao objetivo estratégico da Secretaria Nacional de Políticas Penais – SENAPPEN de aprimorar os mecanismos de identificação funcional, controle administrativo e segurança institucional, contribuindo diretamente para a eficiência administrativa, a organização interna e o fortalecimento da governança institucional.

11.2. A demanda é compatível com o Plano de Desenvolvimento Institucional e com o Planejamento Estratégico da SENAPPEN, estando prevista como ação no Plano Anual de Contratações – PAC 2026 (34907536) (34907719), devidamente inserida na Plataforma de Gerenciamento de Contratações – PGC do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, conforme registros constantes no processo administrativo correspondente.

11.3. A contratação também observa as diretrizes do Plano de Logística Sustentável – PLS da Secretaria, instrumento de governança que orienta a adoção de critérios de sustentabilidade nas dimensões econômica, ambiental e social, especialmente no que se refere à escolha de materiais duráveis, de maior vida útil e que reduzam a necessidade de substituições frequentes.

11.4. A iniciativa encontra-se em conformidade com os princípios da ética, integridade e transparência na gestão pública, estando alinhada às diretrizes do Programa de Integridade – Licitações e Contratos da SENAPPEN, assegurando regularidade procedimental, planejamento prévio e adequada motivação administrativa no processo de contratação.

11.5. A contratação da solução para emissão das identidades funcionais integra o conjunto de ações voltadas ao aprimoramento da infraestrutura administrativa e ao fortalecimento das rotinas de controle institucional, contribuindo para a adequada identificação dos servidores no exercício de suas atribuições e para o reforço das medidas de segurança institucional.

11.6. A iniciativa também se encontra alinhada à minuta de Portaria que dispõe sobre a padronização do documento de identificação funcional dos servidores da Polícia Penal Federal e da Secretaria Nacional de Políticas Penais – SENAPPEN (34907734), a qual estabelece diretrizes institucionais para a uniformização, segurança e autenticidade das identidades funcionais.

11.7. Por fim, a contratação foi estruturada em conformidade com os instrumentos de planejamento e padronização dos procedimentos de contratação aplicáveis à Administração Pública Federal, garantindo segurança jurídica, eficiência administrativa, uniformidade processual e aderência às disposições da Lei nº 14.133/2021.

11.8. Registra-se que o alinhamento da contratação com os instrumentos de planejamento institucional foi verificado no âmbito do presente Estudo Técnico Preliminar, conforme documentação constante dos autos do processo administrativo.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação da solução destinada à emissão de identidades funcionais em material de alta durabilidade e segurança, com coleta biométrica e personalização individualizada, proporcionará benefícios institucionais relevantes para a Secretaria Nacional de Políticas Penais – SENAPPEN e para a Polícia Penal Federal, contribuindo para o fortalecimento dos mecanismos de identificação funcional, segurança institucional e controle administrativo.

12.2. A implementação de solução padronizada para emissão das identidades funcionais permitirá maior confiabilidade e autenticidade dos documentos utilizados pelos servidores no exercício de suas atribuições, assegurando adequado reconhecimento institucional perante a sociedade, órgãos públicos, autoridades e instituições com as quais a Polícia Penal Federal mantém interação no desempenho de suas atividades.

12.3. Entre os principais benefícios esperados com a contratação, destacam-se:

a) Fortalecimento da identificação funcional institucional

A emissão de identidades funcionais padronizadas e dotadas de elementos de segurança gráfica e tecnológica permitirá a adequada identificação dos servidores da Polícia Penal Federal e da Secretaria Nacional de Políticas Penais – SENAPPEN no exercício de suas atribuições, contribuindo para a legitimidade das ações institucionais e para o reconhecimento oficial perante a sociedade e demais órgãos públicos.

b) Segurança documental e prevenção de fraudes

A adoção de documentos produzidos em policarbonato, associados a elementos de segurança e personalização individualizada, reduz significativamente os riscos de falsificação, adulteração ou uso indevido das identidades funcionais.

c) Padronização institucional dos documentos de identificação

A contratação permitirá estabelecer padrão único de identidade funcional no âmbito da Polícia Penal Federal e da SENAPPEN, garantindo uniformidade visual, consistência das informações funcionais e observância das diretrizes administrativas relativas à identificação institucional.

d) Melhoria do controle administrativo e rastreabilidade

A estruturação do processo de emissão com coleta biométrica, registro eletrônico das etapas e controle da produção possibilitará maior rastreabilidade dos documentos emitidos, aprimorando os mecanismos de controle administrativo e governança institucional.

e) Maior durabilidade e racionalização de recursos públicos

A utilização de materiais de alta resistência e maior vida útil contribui para reduzir a necessidade de substituições frequentes, promovendo maior eficiência na gestão dos recursos públicos destinados à emissão das identidades funcionais.

f) Organização e eficiência no processo de emissão

A implementação de solução estruturada para coleta biométrica, processamento de dados e produção das identidades funcionais permitirá maior organização do fluxo de emissão dos documentos, reduzindo inconsistências cadastrais e aprimorando a gestão das informações funcionais.

12.4. Dessa forma, a contratação contribuirá para o fortalecimento da segurança institucional, para o aprimoramento dos mecanismos de identificação funcional dos servidores e para a melhoria dos processos administrativos relacionados à emissão e gestão das identidades funcionais no âmbito da Secretaria Nacional de Políticas Penais – SENAPPEN.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1. Para a adequada implementação da solução destinada à emissão das identidades funcionais dos servidores da Polícia Penal Federal e da Secretaria Nacional de Políticas Penais – SENAPPEN, deverão ser adotadas pela Administração algumas providências preparatórias, com o objetivo de assegurar a correta execução dos serviços e a adequada operacionalização da solução contratada.

13.2. Entre as providências a serem adotadas previamente à contratação, destacam-se:

a) designação de unidade administrativa responsável pela gestão e acompanhamento da execução contratual, bem como indicação de servidores que atuarão como gestores e fiscais do contrato, nos termos da legislação aplicável;

b) definição e disponibilização dos espaços físicos necessários à instalação das estações de coleta biométrica nos locais previamente indicados pela Administração, observadas as condições mínimas de infraestrutura para funcionamento dos equipamentos e atendimento aos servidores;

c) indicação de pontos focais nas unidades administrativas onde serão instaladas as estações de coleta biométrica, responsáveis por apoiar a operacionalização dos serviços e atuar como interlocutores entre a Administração e a contratada;

d) organização e atualização das bases de dados funcionais dos servidores que serão contemplados com a emissão das identidades funcionais, de modo a assegurar a consistência e a confiabilidade das informações utilizadas no processo de personalização dos documentos;

e) articulação entre as áreas administrativas e de tecnologia da informação da SENAPPEN para viabilizar eventuais integrações ou compatibilizações necessárias entre a solução contratada e os sistemas institucionais utilizados pela Administração;

f) definição dos fluxos administrativos internos relacionados à solicitação, autorização, emissão, reemissão e controle das identidades funcionais;

g) planejamento das ações de comunicação interna voltadas à orientação dos servidores quanto aos procedimentos de coleta biométrica e emissão das identidades funcionais.

13.3. As providências mencionadas têm caráter organizacional e preparatório, não implicando a realização de contratações adicionais por parte da Administração para a implementação da solução pretendida.

13.4. Registra-se que as medidas aqui indicadas visam garantir a adequada implementação da solução contratada, contribuindo para a eficiência do processo de emissão das identidades funcionais e para o correto acompanhamento da execução contratual.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A análise dos possíveis impactos ambientais relacionados à presente contratação considerou as etapas envolvidas na produção, personalização e entrega das identidades funcionais, bem como os materiais empregados na confecção dos documentos e os insumos necessários à execução dos serviços.

14.2. De modo geral, a solução proposta apresenta impactos ambientais reduzidos, uma vez que se trata de serviço especializado de confecção de documentos de identificação funcional em escala limitada, sem envolver atividades industriais de grande porte ou processos que gerem resíduos ambientais significativos no âmbito da Administração.

14.3. Ainda assim, reconhece-se que a produção das identidades funcionais envolve a utilização de materiais sintéticos, como o policarbonato, além do emprego de insumos gráficos e componentes eletrônicos eventualmente utilizados na personalização dos documentos, os quais demandam processos industriais específicos e consumo de recursos naturais.

14.4. Como medida de mitigação desses impactos, a contratação deverá priorizar soluções que utilizem materiais de alta durabilidade e maior vida útil, reduzindo a necessidade de substituições frequentes e, consequentemente, a geração de resíduos ao longo do ciclo de utilização das identidades funcionais.

14.5. A adoção de processo estruturado de emissão, com controle centralizado e produção sob demanda, também contribui para evitar desperdícios, minimizar excedentes de produção e otimizar o uso de recursos materiais e logísticos.

14.6. Adicionalmente, a contratada deverá observar, no que couber, boas práticas ambientais em seus processos produtivos, incluindo a correta destinação de resíduos industriais, o uso racional de insumos e a adoção de procedimentos que contribuam para a redução de impactos ambientais associados à fabricação e personalização dos documentos.

14.7. As diretrizes relacionadas à sustentabilidade e à responsabilidade ambiental deverão observar, no que couber, os princípios estabelecidos na legislação aplicável e no Plano de Logística Sustentável – PLS da Secretaria Nacional de Políticas Penais – SENAPPEN.

14.8. Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais decorrentes da contratação são limitados e podem ser adequadamente mitigados por meio da adoção de materiais duráveis, do controle do processo de emissão e da observância de boas práticas ambientais por parte da contratada.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Com base nas análises realizadas no âmbito do presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação destinada à implantação da solução para emissão das identidades funcionais dos servidores da Polícia Penal Federal e da Secretaria Nacional de Políticas Penais – SENAPPEN mostra-se técnica, administrativa e economicamente viável.

15.2. A análise desenvolvida contemplou a identificação da necessidade administrativa, a definição do escopo da solução, a avaliação das alternativas disponíveis no mercado, a estimativa de custos, a verificação da compatibilidade com os instrumentos de planejamento institucional e a análise dos potenciais impactos operacionais e ambientais relacionados à execução do objeto.

15.3. Constatou-se que a solução proposta atende de forma adequada à necessidade institucional de padronização, segurança e controle da identificação funcional dos servidores, contribuindo para o fortalecimento da governança administrativa, da segurança institucional e da confiabilidade dos documentos de identificação utilizados no exercício das atribuições funcionais.

15.4. A contratação encontra-se alinhada ao planejamento institucional da Secretaria Nacional de Políticas Penais – SENAPPEN, estando devidamente prevista no Plano Anual de Contratações – PAC, registrado na Plataforma de Gerenciamento de Contratações – PGC do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, em observância às diretrizes de planejamento das contratações públicas.

15.5. A estruturação da contratação observou as disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como as orientações constantes em normativos e instrumentos de boas práticas aplicáveis à Administração Pública Federal, incluindo a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, referente à pesquisa de preços, e demais diretrizes relacionadas ao planejamento das contratações públicas.

15.6. A elaboração do presente Estudo Técnico Preliminar considerou, ainda, as orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, elaborado pela Advocacia-Geral da União – AGU, com a incorporação de critérios de sustentabilidade compatíveis com o objeto da contratação, especialmente no que se refere à adoção de materiais duráveis, racionalização de recursos e observância de boas práticas ambientais.

15.7. No que se refere à integridade e à governança pública, a contratação também se encontra alinhada às diretrizes estabelecidas no Programa de Integridade da Secretaria Nacional de Políticas Penais – SENAPPEN, especialmente no que concerne à observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência e prevenção de riscos nas contratações públicas.

15.8. Destaca-se, ainda, que a estruturação dos documentos que compõem a fase preparatória da contratação observa, no que couber, os modelos e orientações disponibilizados pela Advocacia-Geral da União – AGU para a elaboração de Estudos Técnicos Preliminares e Termos de Referência, com vistas a assegurar maior uniformidade procedimental, segurança jurídica e aderência às melhores práticas de governança em contratações públicas.

15.9. A pesquisa de preços realizada demonstrou compatibilidade entre o valor estimado da contratação e os preços praticados no mercado para soluções com características técnicas equivalentes, evidenciando a adequação econômica da solução proposta e sua compatibilidade com os princípios da economicidade e da eficiência administrativa.

15.10. Também foi verificada a inexistência de impedimentos técnicos ou operacionais que inviabilizem a implementação da solução pretendida, tendo sido identificadas as providências administrativas necessárias à sua adequada execução, bem como os benefícios institucionais decorrentes da contratação.

15.11. Dessa forma, considerando os elementos técnicos, administrativos e econômicos analisados, declara-se a viabilidade da contratação da solução para emissão das identidades funcionais dos servidores da Polícia Penal Federal e da Secretaria Nacional de Políticas Penais – SENAPPEN, recomendando-se o prosseguimento do processo administrativo com a elaboração do Termo de Referência e demais atos necessários à realização do procedimento licitatório, nos termos da legislação vigente.

15.12. Registra-se, por fim, que a presente declaração de viabilidade fundamenta-se nas informações, estudos e documentos constantes nos autos do processo administrativo, os quais evidenciam a necessidade da contratação, a adequação da solução proposta e sua compatibilidade com os instrumentos de planejamento institucional.

15.13. A presente declaração de viabilidade foi elaborada com base nas informações disponíveis na fase de planejamento da contratação, podendo eventuais ajustes técnicos ou operacionais ser realizados nas etapas subsequentes de instrução processual, especialmente na elaboração do Termo de Referência e dos demais instrumentos que compõem o processo licitatório.

15.14. Registra-se que todas as etapas do planejamento da contratação observaram os princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade, da transparência e da gestão por resultados, em conformidade com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021 e com as boas práticas de governança aplicáveis à Administração Pública Federal.

15.15. Dessa forma, estando demonstradas a necessidade administrativa, a adequação da solução proposta, a compatibilidade com os instrumentos de planejamento institucional e a viabilidade técnica e econômica da contratação, recomenda-se o prosseguimento do processo administrativo para as fases subsequentes da contratação.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**LUIS OTAVIO GOUVEIA**

Diretor-Executivo

**RAFAEL DE SOUZA PEREIRA**

Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas

**ALYSSON SOARES DE MENEZES**

Coordenador de Administração de Pessoas

**VANESSA GIORDANO**

Responsável pela adequação e conformidade do objeto contratado, em alinhamento com as necessidades da área demandante

**RASCUNHO**